



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 11/11/2010 às 15:05
mauro / estagiário

MPV - 511

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 10/11/2010	proposição Medida Provisória nº 511 / 2010			
autor Deputado Ivan Valente – PSOL/SP	nº do prontuário			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Fica revogado o Artigo 1º da Medida Provisória nº 511, de 2010.</p> <p style="text-align: center;">Justificação</p> <p>O art. 1º da Medida Provisória 511 permite que o governo federal – ou seja, o povo – aceite renegociar (ou seja, postergar) o recebimento da dívida do BNDES com a União.</p> <p>Diversas vezes o PSOL denunciou as Medidas Provisórias que permitiram ao governo federal emitir R\$ 180 bilhões em títulos da dívida interna – aos juros mais altos do mundo e prazos curtos – para obter recursos a serem emprestados ao BNDES – a juros bem mais baixos e prazos longos – para que este banco financiasse empresas em condições facilitadas. Quando a melhor alternativa para o país seria a redução das taxas de juros de toda a economia, obrigando o setor financeiro privado a financiar diretamente o setor produtivo a prazos longos e taxas de juros adequadas.</p> <p>Agora, o governo edita nova Medida Provisória, simplesmente permitindo que o BNDES renegocie o pagamento à União destes R\$ 180 bilhões, caso as empresas não paguem suas dívidas com o banco nas condições originalmente previstas.</p> <p>Ou seja: enquanto a dívida do governo com o setor financeiro tem de ser paga exatamente no prazo, ou até mesmo antecipadamente e com ágio (mesmo às custas do corte de gastos sociais e da limitação ao aumento do salário mínimo, aposentadorias, etc), a dívida das empresas e do BNDES com a União pode ser postergada.</p> <p>Portanto, apresentamos a presente emenda, que veda a renegociação das dívidas do BNDES com a União.</p>				
PARLAMENTAR				

